

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS: NOVAS ESTRATÉGIAS DE PODER E HEGEMONIA PARA O SETOR EDUCACIONAL

Simônia Peres da Silva¹

Resumo: Este texto apresenta reflexões preliminares de uma pesquisa de doutorado que investiga as políticas educacionais para a educação básica e repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino e aprendizagem, tendo como base de análise as reflexões do pensador italiano Antônio Gramsci, além das contribuições de diversos autores brasileiros que pesquisam sobre as políticas educacionais e gestão da escola a partir das fundamentações marxistas. Realizamos um estudo bibliográfico sobre o tema, visando levantar elementos que permitam compreender os impactos das políticas internacionais nas políticas educacionais brasileira e na gestão dos sistemas educacionais. As análises iniciais nos levam a afirmar que a atuação das organizações não-governamentais nos sistemas de ensino público, em maior ou menor grau, estão articuladas a organismos internacionais, com uma abrangência vertical e horizontal nas redes de ensino de todo o país, integrando os interesses de grupos e estruturas sociais da classe dirigente ou de empresários da educação.

Considerações Iniciais

As últimas três décadas foram marcadas por profundas mudanças e crises no sistema capitalista mundial. Com o fim da *idade de ouro*, na qual ocorreu uma expansão e ganhos reais para uma parcela da classe trabalhadora nos países centrais do capitalismo, o sistema entra em crise e se reorganiza com novas formas de exploração e acumulação, caracterizadas, segundo Frigotto e Ciavatta (2002), pela especulação do capital financeiro. A natureza perversa do sistema capitalista, cuja lógica exclui a maioria da população mundial de usufruírem das riquezas produzidas pela humanidade, provoca uma competição desigual entre as nações e entre grupos econômicos.

Outra consequência da crise do capitalismo mundial são as reformas no aparelho do Estado. Tais reformas, desencadeadas nos anos de 1990, são marcadas pelo sentido inverso às experiências do socialismo real e das políticas do Estado de bem-estar social, apontadas pelos intelectuais do sistema capitalista como a causa do desvio dos mecanismos naturais do mercado e pela crise. Para criar um consenso global, foram difundidas noções ideológicas de globalização, Estado mínimo, reengenharia, reestruturação produtiva, sociedade pós-industrial, sociedade pós-classista, sociedade do conhecimento, qualidade total, entre outras,

¹ Graduada em Administração (1998) e Pedagogia (2010), Especialista em Educação (2003), Mestre em Educação (2006), e doutoranda em Educação, pela PUC-GO.

com a função de afirmar um pensamento único e solução única para a crise, além de justificar a necessidade das referidas mudanças (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002).

Na verdade, a globalização é um desdobramento da ideologia neoliberal, cuja lógica está assentada na supremacia do sistema econômico e na defesa da privatização, do qual derivam as relações sociais regidas pelas regras de mercado, pelo comportamento individualista, pelo conformismo e aceitação da ideologia neoliberal como a única forma possível de organização da sociedade moderna.

Conforme analisou Antônio Gramsci (2007), a transição para esta nova ordem mundial não só modificou a organização do trabalho e do capital, mas também exigiu novos pactos e consensos entre a classe dirigente e classe operária, no sentido e “educar” as massas populares de modo a garantir a *hegemonia* ideológica em suas consciências, de forma a se oporem não só a seus interesses de classe, mas também ao seu próprio trabalho. Com o apoio da ação do Estado, do aparelho jurídico, da educação escolar ideológica, da religião e da cultura, as classes dominantes ocultam as contradições entre força produtiva e relação de produção, entre infra e superestrutura, buscando a hegemonia política e a coesão das forças sociais não homogêneas.

Nessa direção, a globalização é defendida pelos governos, organizações multilaterais, partidos, sindicatos, em todo mundo, especialmente em países considerados subdesenvolvidos, como o único projeto possível, propaga a ideologia que se volta para a estabilidade dos sistemas econômicos globais, em detrimento da resolução dos graves problemas sociais enfrentados pela população, estes agravados pela crise do próprio capitalismo. Ao mesmo tempo, os Estados voluntariamente cedem às organizações internacionais “espaços” importantes nas atividades estatais, direcionando-as a partir de interesses de uma oligarquia financeira globalizada.

Assim, o Estado é concebido como um organismo próprio de um determinado grupo social, designado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, sob a égide do livre regulamentação do mercado. Mas esta atuação estatal precisa ser dissimulada, para não transparecer o poder de força material. Deste modo, o desenvolvimento e a expansão são gerados e apresentados como a causa de uma expansão universal, como propulsora de todo o desenvolvimento. O Estado direciona seus esforços para manter uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis, entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, prevalecendo, até certo ponto, os interesses do grupo dominante (GRAMSCI, 1978).

Os instrumentos ideológicos tornam-se indispensáveis para convencer os trabalhadores a aderirem às ideologias (em disputa) de forma voluntária (ou parcialmente voluntária). Por isso mesmo, foi necessário criar novos *aparelhos hegemônicos* gerados pela luta das massas, como também reformular os velhos *aparelhos ideológicos de Estado*, herdado pelo capitalismo, que se torna algo privado, incorporando à sociedade civil moderna. Nesta estrutura ideológica está o sistema escolar, ao lado de outras instituições como a Igreja, os partidos, os jornais, etc. (GRAMSCI, 1978).

Segundo Pérez Gómez (2001), o neoliberalismo propõem o desmantelamento do estado de bem-estar e a compreensão da educação não como um serviço público, mas como uma mercadoria, regida pela regulação das relações entre oferta e procura. Entretanto, a dificuldade em legitimar no cenário educativo as decisões somente em demandas econômicas, elaboram-se falsas justificativas, sem correspondências com as reais intenções dos capitalistas, utilizando termos socialmente valorizados (descentralização, autonomia, participação, democracia, qualidade, etc.) que é o principal instrumento de persuasão e propaganda.

No Brasil, as reformas realizadas nos anos de 1990, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, consolidou de forma definitiva a cultura de consentimento à privatização, a descentralização e flexibilização de diversos serviços públicos, orquestrada por alianças com agências de cooperação internacional (UNESCO, Banco Mundial, BID, etc.). A ideologia do “Estado mínimo” que desqualificou os bens e serviços públicos, criou uma base necessária para a implantação das reformas, pactos e privatizações. Os problemas sociais passam a serem resolvidos por Organizações não Governamentais (ONGs), por Fundações e instituições privadas.

Ao mesmo tempo, a responsabilidade do Estado brasileiro, pelo menos no plano formal, transfere-se para o chamado Terceiro Setor. As organizações não governamentais (ONGs) – oficialmente cadastradas como atividade sem fins lucrativos e de utilidade pública, mas fundadas por grandes empresas – assumem projetos de intervenção nas instituições públicas articulados e convergentes com os interesses da classe dirigente. Para tanto, atuam não só na elaboração e aprovação de políticas públicas, mas também no controle e direcionamento da estrutura burocrática estatal. Embora essas ações sejam apresentadas como voluntárias, uma parcela significativa de recursos públicos são transferidos para as ONGs seja por meio da isenção de impostos (ou renúncia de receitas) ou de recursos repassados diretamente do governo para essas instituições. No próximo tópico será discutido a atuação dessas organizações não-governamentais nos sistemas de ensino público do Brasil.

Intervenções das Organizações Não-Governamentais no Sistema de Ensino Público

A atuação das ONGs nos sistemas de ensino público brasileiro, por mais de duas décadas, em maior ou menor grau, sempre estiveram articuladas a organismos internacionais, com uma abrangência vertical e horizontal nas redes de ensino de todo o país, na formação de professores e gestores, na construção de planos municipais e estaduais de educação, com desdobramentos significativos nas atividades desenvolvidas nos sistemas de ensino, especialmente nas práticas educativas dos professores. Tais interferências, tem sido denunciadas por vários pesquisadores (Fonseca, 1997; Frigotto e Ciavatta, 2002; Libâneo, 2011; Neves, 2005; Shiroma, 2011; Torres, 2001; entre outros) que não se furtaram em apontar os limites e retrocessos das orientações do Banco Mundial para o projeto educacional brasileiro.

Nesse sistema de poder e hegemonia das ONGs, o movimento Todos pela Educação tem um marcante papel no sentido de criar consenso e influenciar nas definições de políticas públicas para a educação. O movimento foi criado em 2006, a partir de um compromisso firmado entre líderes empresariais brasileiros, com apoio de organismos multilaterais, que visa mobilizar a iniciativa privada e as organizações sociais para atuar de forma convergente, complementar e sinérgica com o Estado na definição das políticas públicas.

O Todos Pela Educação, definiu em 2006 cinco metas, para atender as necessidades mínimas de aprendizagem, a serem cumpridas até 2022: a) toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; b) toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; todo aluno com aprendizado adequado à sua série; todo jovem de 19 anos com o Ensino Médio concluído; investimento em Educação ampliado e bem gerido. Em 2012, foram definidas “5 Bandeiras”: formação e carreira do professor; definição dos direitos de aprendizagem; ampliação da exposição dos alunos ao ensino; uso relevante das avaliações externas na gestão educacional; aperfeiçoamento da gestão e da governança da educação.

A evolução e cumprimento das metas são monitorados de forma permanente, por meio da análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado e divulgado pelo INEP, com base no desempenho dos estudantes em avaliações (Prova Brasil, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM) realizadas ao final do 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª ano do ensino médio, combinado com os dados do censo escolar (reprovação e evasão).

Numa lógica empresarial, a melhoria da qualidade de educação está diretamente relacionada aos resultados mensuráveis obtidos por meio de avaliações externas. Estas últimas

são alinhadas às expectativas de aprendizagem (ou descritores) por série e por ciclo, deixando bem claro para que “as redes, as escolas e os professores saibam a que objetivos pedagógicos precisam responder” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

A concepção instrumental e socializadora que fundamenta os objetivos do movimento pode ser percebida, especialmente, na terceira bandeira “ampliação da exposição dos alunos ao ensino”. Evidentemente o tempo constitui um fator importante, mas o que chama a atenção, é que a aprendizagem está vinculada à exposição dos alunos às atividades de ensino, ignorando que o ensino formal requer uma determinada estrutura da atividade docente, que demanda, por sua vez, o provimento das condições adequadas – qualidade e quantidade de insumos; a garantia de infraestrutura e equipamentos adequados; condições de trabalho para professores e demais trabalhadores; salário justo; formação continuada e tantos outros recursos necessários para garantir a qualidade do ensino.

A ampliação da exposição do aluno ao ensino, refere-se também a ampliação da Educação Integral no campo e na periferia das metrópoles urbanas, apontadas pelo Movimento como áreas mais vulneráveis do país. Está implícita a ideia de que as crianças residentes em bairros mais pobres estão expostas a uma situação de “risco” social e, portanto, quanto mais tempo ela passar na escola, menos exposta ou vulnerável estará a ingressar no “mundo do crime” (tráfico de drogas, roubo, sequestros, etc.). Assim, o tempo que a criança passa na escola não só diminui sua vulnerabilidade, mas também “amplia a exposição do aluno” às atividades de convivência e socialização (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

Vários membros do comitê de governança desse movimento, são pessoas de destaque na sociedade brasileira: tomadores de decisões no poder executivo e legislativo; grande empresários; presidentes de organizações não governamentais; personalidades de destaque nos meios de comunicação; formadores de opinião; etc. São tomadores de decisões nos setores público e privado, com grande força e influencia nos rumos da reforma educacional brasileira, que fornecem consultorias e assessoramentos nas atividades chaves da estrutura governamental na elaboração e implementação de reformas nas secretarias municipais e estaduais de educação. Por trás da aparência de gratuidade e filantropia, os serviços prestados pelas ONGs têm altos custos para os cofres públicos, basta mencionar a distribuição pelo FNDE nas redes de ensino públicas das revistas Nova Escola, Pátio e Ciência Hoje das Crianças.

Além disso, como aponta a pesquisa de Silva (2009), a revista Nova Escola faz parte de uma série de instrumentos utilizados para a institucionalização das propostas para a educação, referendadas e aprovadas pelos organismos de financiamento internacionais. A

revista Nova Escola teve a sua primeira edição em 1986, editada pela Fundação Victor Civita e como apoio financeiro do Governo Federal, por meio do FNDE (Fundo de Desenvolvimento da Educação), que permite sua distribuição para os sistemas de ensino público.

Assim, as publicações de revistas, manuais e cadernos, fazem parte de um conjunto coeso dos meios de comunicação coletiva, através dos quais são propagadas as políticas educacionais oficiais, buscando legitimar os programas e metas assumidos pelos governos federal, estadual e municipal, atuando em conjunto com as organizações internacionais. Na lógica gramsciana, são *aparatos ideológicos*, que estão atrelados aos interesses da classe dominante, atuando em conjunto com outros aparatos, e que penetram na estrutura estatal com o intuito de direcionar efetivamente os sistemas de ensino, influenciando professores, diretores e comunidades a se engajarem na reforma educacional, buscando com isso, construir uma hegemonia política e a coesão das forças sociais instáveis e contraditórias (GRAMSCI, 1978).

Nessa direção, o estudo de Eneida Oto Shiroma (2011), sobre as formas de atuação das redes sociais no campo da política educacional contemporânea, mostra como as redes sociais são usadas a favor dos interesses dos reformadores internacionais, constituindo estratégias eficazes de descentralização, cujo equilíbrio está no poder compartilhado entre o centro, que estabelece as políticas educacionais, e a periferia que as aplicam. A rede social, rastreada pela autora tendo como fio condutor o Programa Regional de Reforma Educativa na América Latina (PREAL), envolve os setores público e privado, organizações governamentais e ONGs, nacionais e internacionais, no sentido de unir forças e construir consensos em torno das políticas educacionais, especialmente nos sistemas de ensino público. Oficialmente o PREAL apresenta-se como uma organização da sociedade civil, com o propósito de “influenciar no desenho de políticas públicas através da divulgação de novas ideias e da criação de bases de acordo, intelectual e técnico, para reformar os sistemas educativos, identificar novas práticas e promover a participação de todos na reforma educativa” (SHIROMA, 2011, p. 23).

O poder de influência do PREAL pode ser percebido não só pela dimensão e profundidade das atividades desenvolvidas (conferências, parceria empresa-educação, pesquisas e publicações, patrocínios regionais para promover debates sobre política educacional, identificar e disseminar práticas exitosas, rede internacional de especialistas que desenvolvam recomendações políticas, etc.), mas principalmente na constatação dos grupos e pessoas que são membros dessa rede e seus respectivos vínculos com organizações nacionais

e internacionais. Analisaremos a seguir algumas dessas organizações e suas atividades no setor educacional.

Fundação Lemann

Nota-se uma intensa atividade dessa ONG nos órgãos governamentais vinculados ao setor educacional. O Instituto de Gestão Educacional, da Fundação Lemann, oferece cursos e orientações para gestores das Secretarias Municipais de Educação, com atuação nos estados do Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. O curso é ministrado na modalidade à distância para diretores de escolas públicas de Ensino Fundamental e tem o objetivo oficial de “fortalece o papel do diretor como líder pedagógico e coordenador de sua equipe de professores com foco num único objetivo: a melhoria continuada dos resultados do aluno” (FUNDAÇÃO LEMMANN, 2013).

Importante ressaltar que a ênfase está nos resultados dos estudantes, acompanhado por meio de avaliações externas de aprendizagem, cuja intenção declarada é “fornecer à escola um diagnóstico de desempenho dos alunos, permitindo que o planejamento pedagógico contemple estratégias de melhoria baseadas em sua realidade individual”. A implementação do programa é acompanhado por tutorias “especializadas” da Fundação Lemann junto com os diretores, que supervisionam o cumprimento das atividades propostas no curso, coordenam os fóruns de discussão e dão orientações sobre o conteúdo do curso. O curso é viabilizado por meio de parcerias com a Universidade Anhembi Morumbi, que certifica os cursistas, mas com o conteúdo e supervisão da Fundação Lemann. De acordo com os dados divulgados no site da Fundação Lemann, este programa teve início em 2003, foram formados 1.500 diretores.

Fundação Itaú Social

O Banco Itaú, um dos maiores patrocinadores do movimento Todos pela Educação, por meio da Fundação Itaú Social, implementa vários projetos educacionais em todo o território brasileiro, alinhados às cinco metas definidas no Compromisso Todos pela Educação, em parceria com as três esferas de governo, com o setor privado e organizações da sociedade civil. O objetivo central da Fundação é “formular, implantar e disseminar metodologias voltadas para a melhoria de políticas públicas na área educacional e para a

avaliação de projetos sociais”, com desdobramentos na educação integral, na gestão escolar, avaliação de projetos sociais e mobilização social (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2013).

A coordenação técnica dos programas implementados pela Fundação Itaú Social nas escolas públicas é executada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), que foi criado por Maria Alice Setubal em 1987, herdeira do conglomerado Itaú, como uma organização da sociedade civil. O Cenpec é responsável pela produção de inúmeros materiais didáticos e manuais distribuídos nas redes públicas de ensino, dentre estes materiais destacam-se: Coleção Amigos da Escola, Reorientação Curricular do Estado de Goiás, Olimpíadas de Língua Portuguesa: Escrevendo o Futuro (o projeto faz parte das ações do Ministério da Educação), Prêmio Itaú Unicef, Aceleração da Aprendizagem, Correção de Fluxo Escola, Programa Jovens Urbanos, Pacto pela Gestão uma Ação Coletiva, entre outros.

Uma das estratégias adotada pela organização para “aumentar o poder de influência na agenda pública”, é a participação em redes, fóruns, representação em entidades e associações, além de parcerias com fundações e organizações internacionais (UNESCO, Organização Internacional do Trabalho, UNICEF, Fundação Mundial de Infância), fundações empresariais (Volkswagen, Telefônica, FIOCRUZ, Instituto Camargo Corrêa, Votorantim, etc.), organizações não governamentais (Todos Pela Educação, CONSED, UNDIME, Instituto de Estudos Especiais (PUC-SP), Fundação Carlos Alberto Vazolini (USP), Fundação Abrinq, Canal Futura, etc.), órgãos governamentais (Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Prefeituras e várias Secretarias Municipais e Estaduais de Educação dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Goiás e Ceará).

Especialmente o programa Excelência em Gestão Educacional e Avaliação e Aprendizagem, implementado nos sistemas de ensino dos estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, em parceria com o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, tem como base de suas ações as experiências educacionais das escolas de Nova York. Interessante destacar que as ações desenvolvidas pela Fundação Itaú Social, estão alinhadas às recomendações do Banco Mundial para a educação, no sentido de disseminar as experiências internacionais de sucesso, em termos empresariais o “*benchmarking* divulgam as práticas internacionais, as melhores ferramentas tanto para destacar as áreas de força e fraquezas e *identificar os reformadores de sucesso, cuja experiência pode informar a política de educação e de práticas de outros países*” (BANCO MUNDIAL, 2011, grifos nossos).

As experiências dos “reformadores de sucesso” das escolas de Nova York, são divulgadas por meio da publicação de iniciativa da Fundação Itaú Social, *A Reforma Educacional de Nova York: Possibilidades para o Brasil*. Em síntese, o objetivo é implantar as “experiências de sucesso” das escolas de Nova York na educação básica brasileira, com base no modelo das *Escolas Charter*. Nesse modelo, as escolas públicas são gerenciadas por instituições “sem fins lucrativos” vinculadas ao setor privado, recebem financiamento público proporcional ao número de estudantes matriculados. Os avanços na gestão escolar, apontado pela Fundação, estão relacionados à autonomia para contratar professores não sindicalizados, na autonomia da escola para desenhar seus próprios currículos e oferecer uma carga horária maior, o *know-how* de empresas e fundações em gestão que podem contribuir com os prefeitos e governadores nas reformas das Secretarias de Educação, entre outras. Mas, o que chama a atenção são as consequências para as escolas que não atingirem os objetivos, segundo o documento “a licença de funcionamento só é mantida enquanto a escola cumprir com suas metas acadêmicas” (GALL; GUEDES, 2009, p. 99).

Nota-se que a proposta defendida no documento não é implantar as *Escolas Charter* em todo o sistema de ensino do país, isso implicaria em custos elevados para a Fundação, “a importância de ter escolas públicas autônomas administradas por entidades filantrópicas não está na quantidade – escolas charter representam uma pequena porcentagem do total de escolas da rede – mas tem um papel estratégico”. Mas qual seria então a estratégia de atuação dessa rede privada de hegemonia? Na verdade, funcionam como “escolas-modelos” para todo o sistema de ensino, além disso, “as escolas charter auxiliam secretarias a elevar os padrões de desempenho no sistema, na medida em que mostram que é possível para alunos pobres superar seu déficit de aprendizagem quando recebem a atenção de professores intensamente envolvidos” (GALL; GUEDES, 2009, p. 104).

O senso comum difundido é que se este modelo de escola deu certo nos Estados Unidos, pode ser generalizado para as escolas públicas brasileiras. Da mesma forma, o “sucesso” dos estudantes nas escolas-modelos, verificado por meio de avaliações externas, pode ajudar a melhorar a autoestima dos estudantes pobres e ajudá-los a superar seus problemas de aprendizagem, criando ainda uma expectativa de ascensão social.

Tal como Gramsci (1978) analisou, mesmo de forma provisória e conflitiva, o grupo social dominante trabalha para conseguir o consenso aos demais grupos sociais sobre o seu projeto de sociedade. Para tanto, mobiliza a estrutura estatal (os sistemas de ensino público, os conselhos de educação, os parlamentares, etc.), os intelectuais orgânicos, as organizações,

associações políticas e sindicais, na busca de manter o equilíbrio interno do sistema. Assim, a construção de modelos ideais de escola, é algo que opera sobre os modos de pensar, agir e sentir dos trabalhadores da educação, no sentido de acolher os projetos e programas formulados pela classe dirigente, por exemplo, o modelo *Charter*.

Instituto Ayrton Senna

Outra organização não governamental atuante no sistema de ensino público no Brasil é o Instituto Ayrton Senna, fundada em 1994 pelos familiares do então piloto brasileiro. A presidente do Instituto é a irmã do piloto, Viviane Senna, que é membro de vários conselhos, entre eles o Todos Pela Educação e o Comitê de Orientação e Investimentos Sociais dos bancos Itaú e Unibanco. No início a instituição direcionava suas ações em diversas áreas, a partir de 1996 o foco de atuação passou a ser a educação, com a elaboração do Programa Acelera Brasil, voltado para a distorção idade-série, sempre nas escolas públicas. Após avaliação deste programa, o Instituto redirecionou suas ações, saindo da condição de indutor de políticas educacionais, para atuar diretamente nas escolas como gestor de políticas educacionais.

Então, em 2001, foi criado um novo programa, o Se Liga, cujo objetivo é “alfabetizar crianças que repetem, porque não sabem ler nem escrever”. O nível de leitura e escrita dos alunos são avaliados, caso não alcancem o desempenho esperado, passam a serem acompanhados por professores da rede pública, “treinados” a aplicar a metodologia do Programa. Mas as intervenções não param por aí, o Instituto por meio do Programa Gestão Nota 10, faz o gerenciamento das rotinas das escolas, usando uma sistemática de acompanhamento, a partir dos dados inseridos mensalmente pelas escolas no sistema de informação do próprio Instituto, ou seja, é um programa de monitoramento com indicadores e metas gerenciais a serem cumpridas (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2013).

Outra Instituição

Algumas universidades públicas e privadas também fazem parte desse sistema de poder e hegemonia, apoiando as atividades e iniciativas das ONGs, além de prestar serviços às secretarias municipais e estaduais de educação. Destacamos a atuação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora, uma instituição que elabora e aplica avaliações de alto impacto nas escolas pública, cria e

promove cursos de formação de professores, desenvolve software para a gestão de escolas públicas, com atuação nos Estados do Acre, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, entre outros. Cabe destacar, que as reais finalidades das avaliações de alto impacto é definir padrões de rendimento e de comportamento para alunos e professores, elaborar diagnósticos do desempenho da escola, dos professores e gestores, resultando em última instância em sanções ou premiações.

Considerações finais

Como pôde ser observado, as políticas educacionais e gestão dos sistemas de ensino no Brasil, desde os anos de 1990, vem se configurando sobre forte influencia de políticas internacionais, viabilizadas estrategicamente por meio da atuação das organizações não governamentais, especialmente em nível das secretarias estaduais e municipais de educação. Estas políticas copiadas e adotadas de forma indiscriminada na gestão das escolas públicas produzem impactos que precisam ser mais bem compreendidos. Geralmente respaldadas por ideias de responsabilização, meritocracia e privatização as reformas buscam em países com Estados Unidos, Coréia do Sul, etc. Experiências de “exitosas” que possam ser aplicadas também no Brasil.

As limitações dessa proposta para o sistema de ensino público estão, segundo Libâneo (2011), no nivelamento por baixo de toda a população, ou seja, os pobres precisam receber uma educação para atender as necessidades básicas de sobrevivência, adquirir competências mínimas para ingressar no mercado de trabalho e exercer seu papel de consumidor. Para Libâneo (2011), tais objetivos, pautados no conceito de aprendizagem como necessidade natural e associado ao desenvolvimento humano como impulso individual, restringem o papel do ensino e do professor na formação cognitiva dos alunos. Ou seja, uma escola pensada numa lógica econômica, cuja função está restrita em acolher os pobres e atender às necessidades mínimas de aprendizagem, não precisa de um professor com formação sólida, basta que ele saiba reproduzir e aplicar os conhecimentos produzidos por outros.

Esse sistema privado de hegemonia integra o conjunto de instituições da “sociedade civil”, e faz parte de “uma rede complexa de organizações, que fazem a elaboração e difusão da ideologia e da cultura”, como escreveu Gramsci (1978). Elas expressam as políticas educacionais defendidas por organizações internacionais, tal como é apresentado pelo Banco Mundial no documento *Estratégia para o Setor da Educação 2020*, a educação é um

investimento estratégico de desenvolvimento. Assim, o objetivo da educação é ensinar aos indivíduos determinadas habilidades e competências necessárias “na construção de força de trabalho mais qualificados e ágeis” e que ajudem no crescimento econômico e o desenvolvimento dos países, tomando como base os resultados de avaliações internacionais (Programa Internacional de Avaliação do Estudante – PISA; Tendências nos Estudos Internacionais de Matemática e Ciência - TIMSS). O documento vincula o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países à aquisição de conhecimentos de leitura, matemática e ciências (BANCO MUNDIAL, 2013).

Para viabilizar esse projeto, a *classe dirigente* busca produzir um consenso coletivo a favor de suas ideias, impondo os interesses particulares desse grupo como interesse universal da sociedade brasileira, por meio da produção e disseminação de materiais pedagógicos, manuais, avaliações externas da aprendizagem dos alunos, indicadores e informações sobre a educação, que além de produzir diagnósticos e resultados mensuráveis do desempenho da escola e do trabalho do professor, tem o objetivo implícito de influenciar a opinião pública. Assim, o Sistema Nacional de Educação (SNE), nas três esferas governamentais (municipal, estadual e federal), compõem a estrutura necessária utilizada pela classe dirigente para reproduzir e ampliar as relações capitalistas de produção e a conservação das estruturas de classe.

Longe de serem vítimas dessas agências, os governos, as instituições privadas, ONG's, intelectuais, fundações operam com certa autonomia, no sentido de defender e reproduzir as prescrições para a política econômica e social. Evidenciando, portanto, as contradições e interesses antagônicos envolvidos, as relações de interdependência, as múltiplas influências e articulações entre capital nacional e internacional, as aproximações entre os organismos internacionais e os governos locais, e a função dos intelectuais na construção das políticas públicas (SHIROMA, 2011).

Finalmente, as políticas públicas educacionais, que quase sempre são apresentadas como descontínuas e fragmentadas, aparecem na análise desse sistema de poder e hegemonia como contínuas também na troca de governos. Em outras palavras, os programas e diretrizes definidas nas secretarias de educação no âmbito macro, meso e micro, aparentemente desarticuladas – mas que quase sempre desmontam os direitos adquiridos pelos educadores nas lutas democráticas – é, simultaneamente, a integração de interesses de grupos e estruturas sociais da classe dirigente ou de empresários da educação, que usam o poder econômico para o domínio e direção do sistema educacional brasileiro.

Notas:

¹ Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Bolsista da Capes/Prosup com dedicação exclusiva. Este artigo foi elaborado sob orientação do Prof. Dr. José Carlos Libâneo. E-mail:simoniaperes@bol.com.br.

² A chamada Idade de Ouro do capitalismo, foi um período de prosperidade econômica em meados do século XX, que ocorreu em alguns países ocidentais após o final de Segunda Guerra Mundial, em 1945 e durou até o início de 1970. Sobre esse assunto ver Hobsbawm (1995).

³ Algumas organizações vinculadas ao Movimento Todos pela Educação: Organizações Internacionais: Organizações da Nações Unidas - ONU; Agência Norte-Americana para Desenvolvimento Internacional - USAID; Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; Banco Mundial; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura - UNESCO; Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF; etc.); Organizações governamentais no Brasil - Fundação Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior - CAPES; Ministério de Educação MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSEED; União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Conselho Nacional de Educação - CNE; Secretaria Estadual de Educação de São Paulo; entre outras.; Organizações não-governamentais no Brasil - Fundação Itaú Social; Fundação Victor Civita; CENPEC; Movimento Todos pela Educação; Fundação Lemann; Instituto Airton Senna; Canal Futura; Revista Veja; Fundação Roberto Marinho; Fundação Gustavo Ioschpe; entre outras.

⁴ Segundo informações disponíveis no site da Fundação Itaú Social, desconsiderando uma pequena variação entre os Estados, os programas desenvolvidos na área educacional são: Excelência em Gestão Educacional e Avaliação e Aprendizagem, Tecendo Redes, Portal Itaú Fase (Fatores Associados ao Sucesso Educacional), Melhoria da Educação no Município, Olimpíada de Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro, Jovens Urbanos, Itaú Criança, Itaú Voluntário, Itaú Solidário, Comunidade Presente. Outros programas desenvolvidos em parcerias: Alfabetização Solidária, Prêmio Escola Voluntária, Cidade Escola Aprendiz, Canal Futura, Parcerias Vitae. Especialmente no estado de Goiás, a Fundação foi parceira da Secretaria de Estado da Educação na Reorientação Curricular de Goiás.

⁵ Segundo Maximiano (2006), o termo Benchmarking significa a busca das melhores práticas da administração, como forma de ganhar vantagens competitivas.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial** (Sumário Executivo). Disponível em: <www.worldbank.org/educationstrategy2020>. Acesso em: 4 jun. 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na Década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 24, n. 82, abr. 2003.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Temas de Atuação**. Disponível em: <<http://www.fundacaoitausocial.org.br/biblioteca/artigos-e-publicacoes/reforma-educacional-de-nova-york.htm>>. Acesso em: 6 maio 2013.

FUNDAÇÃO LEMMANN. **Projeto Gestão para o Sucesso Escolar**. Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/nossas-atividades>. Acesso em: 05 Maio 2013.

GALL, Norman; GUEDES, Patrícia Mota. **A Reforma Educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil**. Fundação Itaú Social, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Martins Fonte, 1978.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 4. Temas de Cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Programas**. Disponível em: <<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/index.asp>>. Acesso em: 7 maio 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. A formação de professores no curso de pedagogia e o lugar destinado aos conteúdos do ensino fundamental: que falta faz o conhecimento do conteúdo a ser ensinado às crianças? In: SILVA, M. A.; BRZEZINSKI, I. (Orgs.). **Formar Professores-Pesquisadores: construir identidades**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

MAXIMIANO, Antonio C. Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A Cultura Escolar na Sociedade Neoliberal**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes Sociais e Hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, Mário L.; LARA, Angela M. de Barros (Org.). **Políticas para a Educação: análises e apontamentos**. Maringá, PR: Eduem, 2011.

SILVA, Dora Alice B. Martins da. **A Mídia a Serviço da Educação: a revista Nova Escola**. 2009. 116f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação e Educação, Universidade de Marília, Marília.

TODOS pela Educação. **Institucional**. 2007. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 20 de maio 2013.

TORRES, Rosa Maria. **Educação Para Todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.